

[Comissão da Mulher veta candidatura de condenados por violência doméstica](#)

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados aprovou proposta para impedir que condenados por crime sexual contra criança e adolescente ou por violência contra a mulher possam ser candidatos a cargos eletivos: presidente, governador, prefeito e vices; senador; deputado federal, estadual ou distrital; e vereadores.

[\(Câmara Notícias, 14/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O texto aprovado é o substitutivo da deputada Dâmina Pereira (Pode-MG) ao Projeto de Lei Complementar [367/17](#), do Senado. O texto original impede a candidatura dos condenados por submissão à prostituição ou exploração sexual de criança e adolescente, sem tratar dos casos de violência contra a mulher.

“É relevante a proposta de estender a sanção de inelegibilidade aos condenados pela prática de crimes contra mulheres, previstos na Lei Maria da Penha. Deve-se exigir dos representantes da população nos órgãos do Executivo e do Legislativo uma postura exemplar, tanto em sua vida privada quanto em sua vida pública”, defendeu.

Pelo texto, ficarão inelegíveis os que forem condenados por crimes contra dignidade sexual de crianças e adolescentes e os praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei já torna inelegíveis os condenados por crimes contra a vida e a dignidade sexual.

A proposta aprovada segue a regra estabelecida pela Lei da Ficha Limpa: a candidatura é barrada se o autor foi condenado por sentença irrecorrível ou por órgão colegiado (tribunais de Justiça, tribunais regionais federais, Superior Tribunal de Justiça ou Supremo Tribunal Federal).

Tramitação

A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania antes de ser votada pelo Plenário. Para ser aprovada, precisa do voto favorável de 257 deputados.

[Relator do Estatuto do Nascituro quer acabar com Comissão da Mulher](#)

Projeto de lei que inviabiliza aborto legal, e foi colocado como prioridade por futura ministra, está parado no colegiado desde junho de 2017.

[\(HuffPost Brasil, 14/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família e relator do [Estatuto do Nascituro](#)- que já foi [anunciado como prioridade](#) no próximo governo -, o deputado Diego Garcia (Podemos-PR) quer acabar com a [Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher](#) na Câmara dos Deputados. O projeto de lei que inviabiliza o aborto legal no País está parado no colegiado desde junho de 2017.

De acordo com o parlamentar, a comissão permanente criada em abril de 2016 é improdutiva e serve como cabide de emprego. “É só para dar cargo e prestigiar os partidos políticos”, afirmou ao HuffPost Brasil. Para o deputado, as propostas de temas ligados às mulheres podem ser apreciadas por outras comissões, como a de Seguridade Social e Família, o que daria maior agilidade aos temas.

“É uma comissão em que várias reuniões foram canceladas durante o ano, ou seja, improdutiva. Imagina uma matéria importante como essa, que trata da mulher e do nascituro, sequer ser debatida?”, questionou Garcia.

Católico e um dos nomes mais atuantes na Bancada da Bíblia, o parlamentar acusa a presidente do colegiado, a deputada Ana Perugini (PT-SP) de atuar para impedir o avanço do PL 478/2017 por não agendar uma audiência pública para debater o Estatuto do Nascituro aprovada em requerimento apresentado por ele em outubro de 2017.

“Ela adota uma linha que, como presidente da comissão, ela não poderia ter, que é levar a visão pessoal para dentro de uma comissão que não é dela. A comissão é de todos partidos”, criticou.

Segundo Garcia, a bancada do Podemos irá fazer um apelo para o próximo presidente da Câmara, que será eleito em fevereiro, para extinguir o colegiado.

É importante que as pessoas, principalmente o eleitorado, saiba o posicionamento de cada parlamentar aqui

Ana Perugini, presidente da Comissão da Mulher

Procurada pelo HuffPost Brasil, a deputada Ana Perugini negou ter manobrado para impedir que o Estatuto do Nascituro avançasse. “Toda pauta de votação é consenso. Isso é uma prerrogativa da comissão”, afirmou sobre o requerimento apresentado por Garcia para realizar uma audiência pública sobre o tema.

Quanto ao futuro do colegiado, a petista afirmou que Garcia deve defender a proposta na tribuna. “É importante que as pessoas, principalmente o eleitorado, saiba o posicionamento de cada parlamentar aqui”, respondeu.

Comissão da Mulher

Criada a partir de um substitutivo do deputado João Campos (PRB-GO), da bancada evangélica, ao Projeto de Resolução 8/07, a Comissão da Mulher foi alvo de controvérsia desde o início. Um dos pontos contestados à época, por parte da bancada feminina, é que propostas sobre aborto não seriam deliberadas pelo colegiado.

Apoiada pelo então presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a comissão também foi

vista como uma forma de esvaziar a função de outras estruturas ligadas às causas femininas dentro da Casa, como a Procuradoria da Mulher e a Secretaria da Mulher da Câmara.

Mesmo após o plenário decidir adiar a votação do projeto de resolução que criou o colegiado, Cunha manobrou e pautou o texto novamente. Nesse dia, a deputada Luiza Erundina (Psol-SP) chegou a [ocupar a cadeira da presidência da Câmara](#), em protesto.

Logo no início, o comando ficou com a deputada Gorete Pereira (PR-CE). Ao defender a criação da comissão, a parlamentar afirmou, à época, que “[as mulheres são frágeis](#) no corpo e também na alma, então tem de ter um olhar diferenciado para elas”.

Em 2018, das 41 reuniões marcadas, 7 foram canceladas e 19 foram deliberativas. Outros encontros foram destinados a eventos como seminários sobre guarda compartilhada, mulheres negras, feminicídio, câncer de mama, futebol feminino e participação política.

Estatuto do Nascituro

Considerado [prioridade para a futura ministra da Mulher](#), da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, o Estatuto do Nascituro define que o feto é um sujeito de direito e por isso tem direito à vida, de modo a proibir o aborto sob quaisquer circunstâncias.

Hoje a interrupção da gravidez é permitida no Brasil em caso de risco de vida da mãe, gestação causada por estupro e quando o feto é anencéfalo. As duas primeiras previsões estão no Código Penal e a última foi decidida pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

De acordo com o PL 478/2007, o Estado fica proibido de privar o nascituro de direitos, independente de “deficiência física ou mental ou da probabilidade de sobrevida”, assim como “causar qualquer dano ao nascituro em razão de um ato delituoso cometido por algum de seus genitores”.

O texto prevê que, no caso de gravidez resultado de violência sexual, a gestante receberá acompanhamento psicológico e direito prioritário à adoção, caso queira. Já ao feto seria assegurada pensão alimentícia equivalente a um salário mínimo, até que complete 18 anos. Se o genitor não for identificado, caberá ao Estado o pagamento.

A proposta aguardava para ser votada na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde recebeu parecer favorável do deputado Marcos Rogério (DEM-RO) em junho de 2017, mas teve sua tramitação prolongada após requerimento do deputado Glauber Braga (PSol-RJ) para que o texto fosse redistribuído e chegasse à Comissão da Mulher.

“Não tinha nem por que passar na Comissão da Mulher porque já tinha parecer de mérito na Comissão de Seguridade Social e Família, que também responde pela pessoa da mulher”, criticou Garcia. Se for aprovado no colegiado sobre temas femininos, o texto precisa voltar para a CCJ antes de ir para o plenário da casa.

Gravidez após estupro

O relator, que deve manter o posto em 2019 caso a Comissão da Mulher permaneça e ele continue membro, não pretende alterar o [texto](#), apesar da controvérsia. “Já houve várias modificações. Foram construções feitas para que o texto tivesse viabilidade e fosse aprovado”, afirmou Garcia.

Para ele, o termo “bolsa estupro” tem sido usado para “carimbar” o projeto. “[A pensão] em hipótese alguma vai permitir a geração de vínculos com a criança. A criança vai estar protegida e resguardada. Mas é um direito que a mãe e a criança passam a ter, de receber esse auxílio”, respondeu.

Na interpretação do deputado, a proposta não inviabiliza o aborto legal. “Não vamos impedir o aborto nos casos de estupro e anencefalia, mas vamos trazer segurança jurídica tanto para o nascituro quanto para a mulher que queria dar continuidade a essa gestação”, afirmou.

Não vamos impedir o aborto nos casos de estupro e anencefalia, mas vamos trazer segurança jurídica tanto para o nascituro quanto para a mulher que queria dar continuidade a essa gestação

Diego Garcia, relator do Estatuto do Nascituro

Ao mesmo tempo em que nega que o PL irá ampliar a criminalização da interrupção da gravidez, o parlamentar admite que hoje a mulher que engravidou devido a uma agressão sexual já pode manter a gestação, se quiser, assim como o direito à pensão é assegurado após o nascimento do feto.

Questionado então sobre qual seria o objetivo do texto, Garcia diz que é criar uma norma específica. “Estamos dando mais força ao que já existe hoje tendo uma norma específica sobre o tema”, afirmou.

O parlamentar disse que ainda não há uma conversa marcada com a futura ministra Damares, mas vê um caminho livre para aprovar o texto em 2019, independente de quem ganhar a presidência da Câmara.

“Não vejo nenhum candidato que se oporia a pautar esse projeto tendo a vontade popular, e esse é um projeto que tem muita gente interessada na aprovação, até para enfrentar essa judicialização que acabou ocorrendo por conta da não deliberação desses projetos aqui dentro do Congresso”, afirmou em referência a decisões do STF sobre interrupção da gravidez.

Em novembro de 2017, uma comissão especial da Câmara aprovou o [texto-base da Proposta de Emenda à Constituição 181](#), que estabelece que a vida começa na concepção. Na época, a bancada conservadora também negou que o texto fosse inviabilizar o aborto legal.

A movimentação foi uma resposta à decisão da Primeira Turma do Supremo que, em novembro de 2016, definiu que o aborto não deveria ser considerado crime no primeiro trimestre da gravidez, ao julgar um caso específico.

No tribunal, o tema é conteúdo também da ADPF (arguição de descumprimento de preceito fundamental) 442. A relatora, ministra Rosa Weber, realizou audiências públicas sobre o assunto em agosto e não há previsão de quando irá apresentar seu relatório.

Marcella Fernandes

Cerimônia de entrega do Selo FBSP de Práticas Inovadoras no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres - SP/SP, 17/12/2018

O Selo FBSP é uma iniciativa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que tem como objetivo reconhecer práticas com potencial de transformação em cenários de vulnerabilidade à violência, sistematizando e disseminando o conhecimento produzido por e para profissionais envolvidos com o tema da segurança pública.

Nesta edição de 2018, além da área de segurança pública, também serão avaliadas iniciativas do sistema de justiça e as experiências vencedoras receberão o Selo FBSP de Práticas Inovadoras em uma cerimônia do Instituto Avon na cidade de São Paulo, no dia 10 de dezembro de 2018.

Além das iniciativas ganhadoras, todas as outras finalistas estarão descritas nesta [Casoteca digital](#).



FBSP

★ 2018 ★

**PRÁTICAS
INOVADORAS**

Enfrentamento à
violência contra
as mulheres

Contamos com sua participação na cerimônia de
premição do Selo FBSP 2018 de Práticas Inovadoras

Venha prestigiar o trabalho dos profissionais de segurança pública e justiça
criminal que se destacaram em 2018 no enfrentamento à violência
contra as mulheres

Dia 17 de Dezembro

19:00h Premiação | **Museu da Casa Brasileira**
20:30h Coquetel | Av. Brigadeiro Faria Lima, 2705
Jardim Paulistano, São Paulo – SP

Confirme sua presença até o dia 13 de dezembro
(11) 3081-0925 ou selofbsp@forumseguranca.org.br

Realização:



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Co-realização:

**INSTITUTO
AVON**

Para Heloisa Buarque de Hollanda, feminismo 'é questão social'

Livro "Explosão Feminista", lançado pela Companhia das Letras, traz panorama múltiplo da onda feminista que tomou o Brasil desde 2013.

(HuffPost Brasil, 13/12/2018 - acesse no site de origem)

Em 2015, Heloisa Buarque de Hollanda tinha 75 anos e acreditava que sua geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres. No entanto, ela se surpreendeu quando viu uma nova onda de feministas tomar as ruas bradando "Pílula Fica, Cunha Sai" contra o ["PL do Aborto"](#), [que visava restringir o atendimento médico a vítimas de estupro](#) e dificultar o acesso ao aborto legal no Brasil à época.

"Eu achei que nunca mais veria uma mobilização como essa. Tomei um susto. Isso, para mim, foi uma novidade", afirmou a escritora em entrevista ao HuffPost Brasil*.

Três anos após o início da chamada "Primavera das Mulheres", a professora de Teoria Crítica da Cultura da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e doutora em Letras, lança agora, aos 79 anos, o que batizou de "livro-ocupação".

Ao lado de ativistas, acadêmicas e pesquisadoras de diferentes campos de atuação do movimento de mulheres no Brasil, ela construiu os 24 artigos que compõem as 530 páginas de *Explosão Feminista* (Companhia das Letras, 2018) e mostram as nuances da mobilização que se tornou imprescindível desde 2013.

EXPLOSÃO

**HELOISA
BUARQUE
DE HOLLANDA**

FEMINIISTA

**ARTE, CULTURA,
POLÍTICA E
UNIVERSIDADE**



COMPANHIA DAS LETRAS

“Explosão Feminista” foi lançado pela Companhia das Letras em dezembro de 2018.

Em comparação com o passado, Hollanda afirma que as principais demandas do movimento continuam as mesmas. Mas aponta que hoje “o encaminhamento delas é muito mais eficiente”, inclusive, porque a internet se tornou uma aliada. “Ela [internet] muda rigorosamente tudo, inclusive comportamentos políticos, coisa que não tínhamos na minha época”.

Para a especialista, diante do cenário conservador que a eleição 2018 trouxe, é preciso que o movimento exercite a escuta: “Não tem como o feminismo falar sozinho. Ele tem que falar com o todo. É uma questão social, não é uma ‘implicância de gênero’. Ninguém está contra os homens. As pessoas estão contra um sistema”, diz.

Leia a entrevista completa:

HuffPost Brasil: O livro soa como uma grande antologia do movimento feminista no Brasil atual. Como surgiu a ideia e por que lançar agora?

Heloisa Buarque de Hollanda: Sim, pode ser chamado assim. E olha, eu sempre trabalhei com tendências. Eu tinha “largado” um pouco os meus estudos feministas em 2015, mas aí eu percebi essa onda gigante das mulheres e comecei a prestar atenção. E aí eu achei muito novo o que está acontecendo agora. O que me atraiu foi a novidade. Um discurso novo, uma estratégia nova, as mídias novas que estão sendo usadas, e aí mergulhei nisso e resolvi fazer esse livro com todas essas vozes. E a hora de publicação foi a hora em que ele ficou pronto. Mas, de qualquer forma, é uma hora oportuna.

Logo na introdução você diz que, por volta de 2015, acreditava que a sua geração teria sido, talvez, a última empenhada na luta das mulheres até que o vozerio da Primavera das Mulheres tomou as ruas, as redes sociais, etc. Que diferenças você enxerga entre as gerações? Houve avanços?

Da terceira para a quarta [onda feminista], tivemos a internet. Ela muda rigorosamente tudo, inclusive comportamentos políticos. Veja a eleição que tivemos e como ela se deu. Antes você apostava em um porta-voz, hoje você não tem mais a “coisa” do intermediário. Isso é muito novo e eu acho que isso traz uma diferença cultural. Hoje, todo mundo, em princípio, tem o mesmo poder. Você dá um like, você já se manifesta. As demandas, no entanto, são as mesmas do passado. Mas o encaminhamento delas é muito mais eficiente. A internet ajudou nisso, é claro, e vai continuar ajudando porque é muito difícil controlar o que acontece nesse espaço. Você vai ter uma onda conservadora a partir de agora e talvez não dê para se manifestar na rua sem correr algum risco, por exemplo, mas você pode fazer isso na internet. Ela é uma alternativa importante e eficiente.

As “ondas feministas” a que Heloísa Buarque de Hollanda se refere, dizem respeito aos momentos históricos do movimento pelo mundo em que pautas e questões das mulheres foram debatidas e provocaram mudanças.

A primeira onda feminista aconteceu por volta de 1893 até 1932, e o voto feminino e a emancipação das mulheres enquanto sujeito político era a reivindicação do momento; de 1948, quando da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, até por volta de 1963, deu-se a segunda “onda feminista”, que pedia o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos.

Já a terceira, entre 1980 até meados de 1990, buscou consolidar o conceito de interseccionalidade entre as vertentes do movimento e as conquistas anteriores. Já a chamada “quarta onda” teve início em meados de 2010 e permanece até os dias atuais. Ela está associada ao uso das redes sociais para reivindicar e garantir direitos.

Em seu texto você também cita o livro que as ativistas e estudiosas Cherríe Moraga e Gloria Anzaldua publicaram em 1981 com diversas vozes do movimento da época. Ele é descrito como “de escrita acessível, íntima, de fala localizada, quase uma roda de conversa na qual as relações entre mulheres ganhavam inédita visibilidade”. Foi uma inspiração para o que você chamou de “livro-ocupação”?

Não exatamente. Mas eu vim um pouco nessa linha, que é uma linha de escrita feminina mesmo. Bem diferente da escrita masculina, que é toda formal, hierarquizada. Eu realmente quis propositalmente inventar um novo formato. Nesse em que ficou o *Explosão* eu nunca tinha escrito.

Na introdução do livro, você afirma que “hoje o tom é de indignação”, e que, para o seu espanto, “as demandas feministas estão sendo ouvidas como nunca”. Você também retoma um pouco da questão da escuta no capítulo de sua autoria, citando a escritora portuguesa Grada Kilomba. Essas demandas estão mesmo sendo ouvidas?

Eu estou falando hoje, em geral. A Grada escreveu há bastante tempo atrás o *Plantation Memories – Episodes of Everyday Racism (Memórias da plantação – Episódios do racismo diário, em tradução livre, ainda sem edição em português)*, que é um livro em que ela fala que precisamos de escuta e questiona se estamos escutando certo.

Porque os movimentos sociais têm uma escuta péssima, veja agora nas eleições. Não sabe ouvir. É “surdo-mudo”. E as feministas também. O feminismo negro, por exemplo, eu descobri. Não era uma coisa que eu tinha conhecimento, que me dissesse respeito. Então, eu acho que essa escuta é o instrumento mais analítico e interpretativo que se possa ter. Não tem outro. Não adianta vir com teoria e jogar em cima, como opinião. Eu acho que você tem que ouvir, ouvir e ouvir cada vez mais. O momento é de escuta. É uma coisa que não tem nos movimentos sociais e nem na esquerda. A esquerda não ouve.

O pós-feminismo pressupõe que o feminismo deu conta do recado, quando está longe de dar.

A Grada Kilomba fala em “tradução” ao invés de escuta. O que ela quer dizer com esse termo?

A tradução é a escuta. É você entender o que o outro está sentindo. E você entender que não pode falar pelo feminismo negro, por exemplo. Você não passou por aquilo. Você tem que traduzir aquela dor. Você não pode repetir aquela dor. Não dá para dizer “somos iguais”. Não somos. É uma questão de tradução, você tem que saber que você é diferente e são línguas diferentes. Essa é uma posição bem difícil porque dá uma certa imobilidade para as mulheres brancas cis de classe média. Ela fica um pouco “sem voz”. Mas eu acho que é isso mesmo que tem que acontecer.

Mas será que ela fica sem voz, ou não sabe como se colocar diante do próprio feminismo negro, por exemplo?

Sim, são as duas coisas. Até por isso eu comecei o meu capítulo dizendo que sou professora, mulher, branca e cis. Me coloquei o tempo todo. Como mulher branca, como acadêmica. Quer dizer, a gente aprende a se colocar. E isso é o que a mulher branca tem que fazer. Tem que

saber que ela está falando sempre do privilégio. E do lugar do privilégio não há dúvida. E é preciso verbalizar isso, eu acho. Ou escrever, como eu fiz. Eu tenho todos os defeitos [risos]. Só não sou homem. Se fosse tudo isso e homem aí já não tinha jeito. Mas está na hora de ouvir. Ou de traduzir. Mais até do que falar.

Algumas mulheres têm muita dificuldade em se entenderem como feministas, mesmo aquelas que têm atitudes essencialmente progressistas. A que você atribui isso?

Você sabe que em 1990 eu fui procurada por algumas artistas plásticas: [Márcia X](#), [Cristina Salgado](#), que são todas “barra pesada”. A Cristina tem uma série de nus que são geniais. Neles, as mulheres estão feias e usando elementos que exacerbam a feminilidade, e, para algumas pessoas, essa imagem é assustadora. Então elas estão todas muito comprometidas com essa questão política do trabalho e queriam que eu fizesse a curadoria da exposição. E eu pensei automaticamente em feminismo. E elas me disseram: “nós não somos feministas. Não admitimos sermos identificadas como feministas”. E eu disse: “Mas como, com essas obras explicitamente feministas?”. E elas disseram que não eram, e falaram em “pós-feminismo” que é uma coisa perigosa, eu não gosto.

Por quê?

Porque o pós-feminismo pressupõe que o feminismo deu conta do recado, quando está longe de dar. Então essa coisa me chocou. Eu falei “bom, essa palavra não volta mais, né?” Porque era uma geração inteira de mulheres artistas e muito competentes negando isso. A Ana Cristina César, por exemplo, que é um símbolo para outras mulheres poetas, dizia que não era feminista de jeito nenhum. “Feminismo, não, feminismo, não.” Então você vê que toda essa geração de agora que tem acesso ao texto dela, vai ler e ver que é feminista. Aí, de repente, apareceu essa garotada gritando “sou feminista, sou feminista, me chamem de feminista”, eu prestei atenção. Foi uma bênção.

Não podia se “autonomear” feminista. Até porque depois disso vem sempre aquele backlash [retrocesso] horroroso, de que você é ridicularizada, criticada...

Na sua visão, esse é um discurso muito comum entre as mulheres ainda hoje?

Sim. Aliás, nesse livro existem muitas artistas que dizem que ainda têm muita dificuldade de falar que são feministas. É muito forte isso na América Latina. Na Europa e nos Estados Unidos isso é muito mais tranquilo. Agora, assim, essas meninas que estão fazendo o movimento acontecer hoje se sentem muito confortáveis em dizer que são feministas. E se orgulham disso. Isso é uma novidade. Na minha geração, você escondia tudo o que podia. Você até poderia ser na prática, ter uma militância nessa linha, mas você não assumia que era feminista. Não podia se denominar feminista. Até porque depois disso vem sempre aquele *backlash* [retrocesso] horroroso, de que você é ridicularizada, criticada... De posse dessa informação, recentemente sempre que eu fui começar uma entrevista com alguma mulher eu perguntava para ela se ela era feminista. E aí começava: “Não, eu nunca fui, mas me tornei ontem, anteontem”. É isso que estamos vivendo. As mulheres estão se descobrindo.

Você acredita que o movimento precisa de uma “repaginação” para que seja mais

aceito?

Eu acho que ele está muito aceito. Proporcionalmente? Por uma geração inteira. Eu acho que ele não é aceito em uma faixa de idade X. Acho que uma mulher de 50 anos começa a repensar, agora, uma menina de 15 anos. Eu não vejo negar que é feminista. A não ser que tenha alguma questão religiosa envolvida, ou um contexto familiar conservador, etc. Mas, em geral, você entra em uma escola, elas são todas feministas. Eu dediquei esse livro a todos os colaboradores e também à minha neta e três amigas dela de 12 anos. Elas são radicais, não no sentido da Eloísa Samy, mas elas passam o tempo todo em um xiitismo muito saudável. Eu acho que essa geração está vindo aí muito forte. Mas as mais velhas têm essa marca muito forte de estigmatizar o feminismo. Muito profunda. Mas agora a gente vai ter um *backlash* forte. Se dizer feminista será complicado em 2019.

Por que toda feminista é de esquerda? Nem todas são. Eu sou, mas nem todas são.

Existe um ponto do livro que está sendo muito criticado, que é o artigo da feminista radical Eloísa Samy. Ela compara a prostituição com necrofilia e nega a existência da transexualidade. Este é um conflito que você não quis deixar de colocar no livro? Por quê?

Sim. Nesse capítulo, especificamente, eu não escrevi. Em todos os outros eu escrevi junto ou tive algum tipo de participação. Nesse, sobre feminismo radical, o espaço foi completamente delas. Eu chamei a Eloísa porque ela é a líder das feministas radicais. Como eu não sou - nunca fui e até sou contra - resolvi dar voz para elas nessa discussão. Eu dei o espaço a ela, e eu realmente achei que ela pesou a barra, que ela realmente foi violenta. Mas achei também que era importante explicitar essa voz dissonante e violenta. É a luta delas. Elas são contra a prostituição e a questão transgênero. Quando elas falam melhor, elas até comovem. Porque elas dizem o seguinte: a prostituição por eleição é uma minoria absurda. Mas falar sobre prostituição, na realidade, é também falar sobre aquela menina de 13 anos que está na estrada do Amazonas e que o pai oferece ela para um caminhoneiro. Ou que ela tem que fazer isso para levar dinheiro para casa. As bacanas que querem ser prostitutas são muito poucas. E as outras morrem, são maltratadas. Pegam doenças horríveis. A realidade é bem diferente.

A importância de trazer essa discussão foi para mostrar o quão violento esse lado do feminismo é?

Ah, mostrar esse ponto de vista. De cada uma em seu lugar de fala. O lugar de fala do feminismo radical foi colocado assim. É um ponto muito dissonante. Qualquer reunião que você tenha, congresso, etc, se entram as feministas radicais elas "fecham o bar". Agora, eu achei que tinha que estar presente no livro. Mas sensibilizou as mulheres trans, elas ficaram ofendidas. Eu entendo. E também acho que esse texto se perde no todo que é o livro.

Abrir espaço para o transfeminismo contrapõe essa visão radical?

O livro inteiro tem a presença das mulheres trans, a [Amara \[Moiral\]](#), mesmo, apontou isso no lançamento, em São Paulo. Então, quer dizer, são 530 páginas a favor das mulheres trans. Com muito cuidado, e chamando e falando, mostrando que está em todos os lugares essa voz. E existem 14 de uma mulher xingando. E eu achei que trazer esse ponto de tensão seria significativo. Mostrar esse lado de reação. E a gente vai ter esse lado não só contra as trans,

mas em todas as áreas a partir de agora. Então a gente precisa até ter um treino [risos]. A questão trans muda muito a estrutura. Porque se a estrutura patriarcal é baseada em uma dicotomia entre homem e mulher. A questão trans desafia isso com uma agudeza enorme. Nenhuma outra questão consegue colocar o dedo na ferida da composição estrutural do patriarcado como essa. Então o transfeminismo incomoda mais porque é o que vai mais fundo, o que fala de uma maneira mais à frente.

Após queixas tanto do movimento transfeminista quanto de outras ativistas que foram citadas equivocadamente e sem autorização no texto de Eloísa Samy, a Companhia das Letras informa que “Explosão Feminista” terá alterações em sua segunda tiragem impressa e que já foram feitas alterações em sua versão atual como e-book.

Nas redes sociais, Eloísa Samy afirmou que foi “publicamente humilhada, ridicularizada e aviltada” pela autora do livro e também que não foi informada “que o texto seria publicado como capítulo avulso no livro” .

Em nota enviada à imprensa, a editora afirma que “se compromete a encartar errata informando que Aline Coelho, Angela Batista, Carol, Daniela Lima, Máisa Carvalho Costa e Maria Clara Bubna não são colaboradoras do capítulo ‘Feminismo Radical’” na próxima edição do livro e diz que “todos os textos incluídos na coletânea foram autorizados”.

Leia a nota completa:

A respeito da polêmica ocorrida em torno do livro “Explosão feminista”, a Editora esclarece que: (i) Heloisa Buarque de Hollanda publicou, em 6 de dezembro, carta na qual lamenta referência infeliz feita ao capítulo “Feminismo Radical” em evento de lançamento do livro; (ii) a Editora publicou, na mesma data, nota em que se compromete a encartar errata informando que Aline Coelho, Angela Batista, Carol, Daniela Lima, Máisa Carvalho Costa e Maria Clara Bubna não são colaboradoras do capítulo “Feminismo Radical”; por fim que (iii) todos os textos incluídos na coletânea foram autorizados.

Em contrapartida à essa movimentação feminista, nas eleições de 2018 foram eleitos candidatos que se dizem conservadores e que atacam o feminismo e as pautas ligadas aos direitos humanos, em especial das mulheres. Qual a sua visão sobre isso e o que esperar do próximo governo?

Eu acho que a sociedade queria isso. O patriarcalismo é uma estrutura pesada que vem desde a economia, passando por todos os setores. Você mexeu um passinho de feminista, mexeu com tudo. Parece um “pinball”. Mas existe uma estrutura muito sólida. E cada vez que anda um pouquinho, volta. E essa última andada trouxe essa multiplicidade de feminismos. Isso irritou muito porque já era difícil engolir as mulheres. Agora engolir lésbicas, trans... Não engole. Aí gera violência. E no mundo inteiro você tem essa volta conservadora porque eu acho que as minorias andaram muito. Um negro virou presidente [Barack Obama], uma mulher virou presidente [Dilma Rousseff], essa composição de forças de poder ameaçou uma estrutura que está posta e que não quer se desconstruir. E não tem como o feminismo falar sozinho. Ele tem que falar com o todo. É uma questão social, não é uma “implicância de gênero”. Ninguém está contra os homens. As pessoas estão contra um sistema. E o sistema devolve. Eu acho que sempre foi assim. Mas essa onda conservadora que não acontece só no Brasil deixou isso mais exacerbado.

Você acredita que direitos já conquistados possam ser retirados? Por quê?

Eu acho que pode haver um forte retrocesso, sim. Eu acho que a gente pode andar para trás na questão do aborto, do nome social. A gente não sabe, por exemplo, a força dessa bancada evangélica. E não são todos os evangélicos, né? Agora a minha linha de estudo é a cultura evangélica. [...] Nas periferias, muitas vezes, a única alternativa de vida que eles têm é a

igreja. O estado está ausente, então a igreja te acolhe, te torna um cidadão, reforça a sua individualidade. Isso é fundamental e já virou uma forma de ser. É urgente estudar isso agora. [Veja a Mônica Francisco, por exemplo.](#) Ela é uma pastora e tem um trabalho muito progressista. E veja, nas entrevistas, geralmente, me perguntam se o feminismo é de esquerda. Você não pode dizer isso. É um movimento que não é conservador, claro. Mas essa coisa de esquerda e direita é complexa também. Toda feminista é de esquerda? Nem todas são. Eu sou, mas nem todas são. Assim também como todos os evangélicos não são conservadores. Tem muita luta. O feminismo cristão é muito importante. Então nem tudo está perdido. Ser evangélico não é ser conservador.

O último capítulo do livro traz textos de feministas veteranas, e a senhora se refere a esses artigos como “um sinal de alerta”. Qual seria o principal alerta e qual a importância de jovens feministas ouvirem as que vieram antes delas?

É muito significativo ter esse capítulo justamente por isso [ouvir as que vieram antes]. Eu estou fazendo essa pesquisa, resgatando essa história dos anos 70 até os 90.

O patriarcado não ajuda ninguém. Agora você mexer no patriarcado não é brincadeira.

Elas se identificavam como feministas?

Sim, mas são muito poucas. E são as que estão no livro e que eram as militantes, ativistas. Só quem se identificava como feminista naquela época eram as que tinham militância. Uma dona de casa não dizia que era feminista, uma poeta não dizia que era feminista, uma jornalista não dizia, uma artista plástica não dizia. Como eu não conseguia trabalhar as artistas na chaga do feminismo, porque elas diziam que não eram feministas de jeito nenhum, eu comecei a pensar o impacto do feminismo na arte em si. Mas aí fica mais fácil, porque você vê o impacto do feminismo ali. Apesar de ela não se colocar como feminista.

Algo que não comentamos ainda é o papel dos homens nessa “explosão”.

Eu acho que o homem é igualzinho à mulher branca, nesse sentido. Ou ele assume que está em uma posição de privilégio e diz que é branco e homem e aí, sim, podemos conversar. E deixa o outro falar. Ou eles assumem que têm poder e se desconstroem, ou não teremos avanço. E o que faz uma pessoa em lugar de privilégio? Ouve. A quantidade de atributo dito à mulher para ela calar a boca não tem tamanho. Você pode lembrar de umas dez frases agora. “Deixa eu falar” é uma frase muito presente na fala das mulheres e a conversa se torna uma disputa de minutos enlouquecida. Nós, brancas, não estamos quietas, ouvindo, nos localizando? É isso que eles também têm que fazer. A gente precisa ajudar os homens porque eles também não estão bem nessa posição. O patriarcado não ajuda ninguém. Agora você mexer no patriarcado não é brincadeira.

**A entrevista ao HuffPost Brasil foi concedida na tarde do dia 6 de dezembro.*

Andréa Martinelli

É impossível promover direitos humanos sem proteger as mulheres, por Ana Paula Ferreira

Medo e trauma de experiências de violência muitas vezes impedem mulheres e meninas de acessar oportunidades de estudo e trabalho.

(HuffPost Brasil, 12/12/2018 - acesse no site de origem)

Neste final de 2018, a releitura dos 30 artigos que conformam a Declaração Universal dos Direitos Humanos me provoca duas reações aparentemente antagônicas: emoção e constrangimento. Emoção pela imediata lembrança da simplicidade da nossa condição humana, que nos iguala. E constrangimento por constatar que, nestes 70 anos desde sua proclamação, tanto avançamos, tanto retrocedemos, tanto estagnamos.

Do lugar de onde falo, da coordenação do trabalho pela garantia dos direitos das mulheres numa organização internacional de combate à pobreza, a ActionAid, é impossível não reafirmar que qualquer esforço para tornar os diferentes sujeitos menos desiguais, em todo o mundo, passa necessariamente pela questão de gênero. De maneiras e intensidades diferentes, nós, mulheres, somos impactadas por violências físicas, psicológicas, simbólicas e patrimoniais que nos deixam em situação de maior vulnerabilidade social. E estas violências se traduzem em graves e profundas violações dos direitos humanos, o que se evidencia, constrangedoramente, quando colocamos uma lupa sobre os artigos de sua declaração e nos detemos à reflexão sobre o que eles querem dizer.

Se por um lado acordamos que todos somos livres e iguais em dignidade e em direitos, por outro, ainda se exploram sexualmente e traficam meninas, estabelecem-se relações profissionais e familiares abusivas, exalta-se a cultura do estupro e recusam-se políticas públicas que garantam condições para que todas, no curso de nossas vidas, alcancemos a possibilidade da emancipação.

Na última semana, o IBGE divulgou a Síntese dos Indicadores Sociais (SIS), que mostrou que já somos 70 milhões de pobres e extremamente pobres no País. Esta pobreza, além de raça, tem gênero: 64% dos domicílios que têm como responsáveis mulheres pretas ou pardas, sem cônjuges e com filhos de até 14 anos estavam abaixo da linha da pobreza que, neste caso, teve como parâmetro a renda estabelecida pelo Banco Mundial - até R\$ 406 por mês. Longe de ser o único motivo de a pobreza ter rosto de mulher negra no Brasil, a desigualdade salarial entre homens e mulheres se revelou em 29,7%, nos dados referentes ao ano de 2017.

Lembro, aqui, dos Artigos 23 e 25 da Declaração dos Direitos Humanos, aqueles que dizem que todos temos direito a condições equitativas de trabalho e de salário, e a um nível de vida suficiente para assegurar saúde e bem-estar a nós mesmos e a nossos familiares. Como pensar esta possibilidade se, ainda hoje, recebemos pagamentos diferentes por tarefas iguais? E mais: se somos negras ou pardas e temos filhos para criar sozinhas, temos grandes chances ter que

viver com até R\$ 406 por mês? Não coincidentemente, o texto da declaração fala de condições equitativas. Perseguimos a igualdade, mas, para isso, precisamos promover a equidade, ou seja, pensar políticas voltadas para atender às condições específicas dos diferentes grupos sociais. Do contrário, seguiremos aumentando distâncias.

O Estado brasileiro precisa empreender todos os esforços que estiver a seu alcance para garantir condições mínimas de dignidade para seus cidadãos, e fará isso de forma mais eficaz e justa se reconhecer os desafios e as especificidades de ser mulher neste país. Além de ganhar menos, ser mulher no Brasil é não ter liberdade para transitar pelas cidades e usufruir dos equipamentos públicos sem medo de sofrer assédio e outras violências. Pesquisa realizada pela ActionAid em 2016 mostrou que 86% das brasileiras entrevistadas já tinham sido assediadas em espaços públicos. Quando foram perguntadas sobre em quais situações elas sentiram mais medo, 70% responderam que ao andar pelas ruas; 69%, ao sair ou chegar em casa depois que escurece; e 68%, no transporte público.

O medo e o trauma de experiências de violência muitas vezes impedem mulheres e meninas de acessar oportunidades de estudo e trabalho, que são fundamentais para seu desenvolvimento socioeconômico. Lembro de Rayssa, jovem moradora do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, que teve que abrir mão de um estágio porque chegaria muito tarde, e o ponto de ônibus era longe de casa e o trajeto, escuro. Como consequência, demorou um ano a mais para se formar. Mas o caso de Rayssa é apenas um exemplo de uma vivência comum, porém absurda, para tantas brasileiras.

Combater a cultura do estupro e a sexualização dos corpos das meninas é um esforço que precisa vir acompanhado da melhoria da qualidade dos serviços públicos nas cidades, para que elas se tornem menos propensas à violência de gênero. E, em ambas as frentes, nossos governantes precisam investir urgentemente. Além da pavimentação de caminhos de saída da pobreza para muitas mulheres, estarão assegurando o cumprimento do Artigo 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que afirma que todos os indivíduos têm direito à vida, à liberdade e à proteção pessoal. Tão simples e tão raro.

No Brasil, 4.539 mulheres foram mortas em 2017, 12 por dia, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Do total, 1.133 foram feminicídios, quando o crime é motivado pela condição de mulher da vítima. O número de estupros foi de 60.018, 164 por dia, e houve 221.238 registros de violência doméstica, 606 por dia. Não podemos olhar para estes dados alarmantes e esquecer das altas estimativas de subnotificação de crimes contra as mulheres. E estes números precisam ser lidos em diálogo com tantos outros que medem o crescimento e o desenvolvimento do país. Ou o Brasil se compromete em proteger suas mulheres, tornando-as sujeitas de direitos, ou continuaremos a ser um dos países mais desiguais e injustos do mundo.

Violências físicas, psicológicas, simbólicas e patrimoniais estão interligadas e são classificações, diversas e necessárias, de uma gama de violações de direitos que, por sua vez, compõem o que chamamos de direitos humanos. Temos bons e importantes instrumentos legais, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, e políticas públicas de combate à pobreza, como o programa de transferência de renda Bolsa Família - que preferencialmente torna as mulheres beneficiárias - que precisam ser ampliados e fortalecidos. No entanto, estamos muito distantes do aceitável.

Não se combate a violência contra a mulher apenas com punição. É fundamental aprofundar os

debates sobre as desigualdades de gênero em nossa sociedade, promovendo uma cultura de respeito à diversidade e empatia. Além disso, a pauta de gênero precisa perpassar todo o funcionamento do Estado brasileiro, desde o orçamento e a composição de nossos representantes políticos, passando pelo desenho de nossas leis e políticas, chegando à humanização e à sensibilização de agentes públicos.

Aqui, me ateno ao caso de Marielle Franco, vereadora eleita do Rio de Janeiro e brutalmente assassinada em março deste ano, num crime ainda não esclarecido. A morte de Marielle é uma violência contra sua vida, seu corpo, sua filha, sua companheira, seus familiares e amigos, seus eleitores, o sistema político e as mulheres brasileiras. A maioria das leis que haviam sido propostas por Marielle e que foi votada e aprovada este ano, mesmo após seu assassinato, mostram o quanto representatividade importa: foram pensadas em benefício das mulheres trabalhadoras, das mulheres negras, das mulheres que temem e sofrem assédio e violência sexual. Apesar de tamanha importância, nas eleições de outubro de 2018, o Brasil elegeu apenas sete senadora (13% do total), mantendo nossa representação feminina nesta casa equivalente à do último pleito. Já na Câmara Federal, houve aumento. Cresceu 51% a quantidade de deputadas eleitas. Mas isso significa que teremos 15% de mulheres nesta casa, o que assusta ainda mais quando lembramos que a população feminina é mais de 50% da população brasileira.

A Constituição Federal, que este ano completa 30 anos, estabelece entre os objetivos fundamentais do país a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; e a erradicação da pobreza e da marginalização, e a redução das desigualdades sociais e regionais - metas em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esperamos avançar para, daqui a 70 anos, nossas mulheres poderem celebrar mais do que se constrangerem e entristecerem ao ler, um a um, os artigos que nos remetem à lembrança da nossa simples e bela condição de humanidade.

Ana Paula Ferreira é coordenadora do programa de Direito das Mulheres da ActionAid no Brasil

Estreia do documentário Gênero sob Ataque - Rio de Janeiro/RJ, 12/12/2018

O SPW (Observatório de Sexualidade e Política), sediado na Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), com apoio do CFEMEA, Nem Presa Nem Morta, Portal Catarinas e Centro Cultural Justiça Federal, lança no Brasil o documentário Gênero sob Ataque, dirigido pelo jornalista peruano Jerónimo Centurión, e produzido pelo CLACAI (Consórcio Latino Americano Contra o Aborto Inseguro). O filme documenta campanhas anti-gênero no Brasil, Colômbia, Costa Rica e Peru, analisando as suas origens, atores nelas envolvidos e efeitos, não apenas sobre direitos reprodutivos, direitos das pessoas LGBT e educação sexual, mas também sobre processos políticos de amplo alcance, como o Referendo do Acordo de Paz na Colômbia (2016) e as eleições presidenciais na Costa Rica (2018).

Gênero sob Ataque recebeu o Prêmio de Melhor Filme sobre Direitos Humanos do Alto Comissariado das Nações Unidas. Você não pode perder a chance de assistir a sua estreia no Brasil.

- ☐ Quarta-feira, 12 de dezembro, às 19h
- ☐ Auditório da CAARJ - Av. Mal. Câmara, 210 - 6º andar - Centro, Rio
- ☐ Entrada franca
- ☐ Distribuição de senhas 1 hora antes
- ☐ Classificação 14 anos

Confirme sua presença aqui: <https://goo.gl/WWxCtd>

Gênero sob Ataque foi lançado em Quito (Equador) em outubro passado e agora começa a percorrer outros países. No Brasil, onde a relevância do tema se fez mais que flagrante no contexto eleitoral, o lançamento celebra os setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

ESTREIA DO, DOCUMENTÁRIO

12 DEZ - 19H
CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL

GÊNERO
♀ ♂
SOB ATAQUE
DE JERÓNIMO CENTURIÓN

O COMPLÔ PARA CAPTURAR A INFÂNCIA
ENTRADA FRANCA

PRODUÇÃO DE: clacai

REALIZADO POR: CENTURIÓN

APOIO INSTITUCIONAL: SEXUALITY POLICY WATCH

CENTRO CULTURAL FEDERAL JUSTIÇA

CFEMEA

Não presa sem motivo

Calepúrias

Ficha técnica do evento

Classificação indicativa: Não recomendado para menores de 14 anos

Local: Centro Cultural Justiça Federal

Av. Rio Branco, 241 - Centro, Rio de Janeiro (RJ)

Data: quarta-feira, 12 de dezembro de 2018

Horário: 19h

Repercussão internacional

Peru

[Entrevista de Jerónimo Centurión e Sonia Corrêa ao jornal Pichincha Universal](#)

[Jornalista Patricia Montero reflete sobre as provocações promovidas pelo documentário](#)

[Género bajo ataque](#)

[Evento de estreia do filme](#)

[Documentário mostra a vulnerabilidade dos direitos na América Latina](#) - TeleSur

Costa Rica

[Estreia do filme na Costa Rica](#)

Equador

[Diretor comenta sobre estreia na Conferência Regional do CLACAI em Quito, Equador](#)

Argentina

[Evento de estreia do documentário em Córdoba](#)

[Radio Cut convida à estreia do filme em Córdoba](#)

Sobre o diretor

Jerónimo Centurión Aguirre é um jornalista peruano, pesquisador e produtor com mais de 15 anos de experiência na imprensa, rádio e televisão. Por oito anos ele foi o diretor da Centurión Producciones, agência de comunicação especializada em projetos sociais, especialmente relacionado aos direitos das mulheres e gênero. Há seis anos colabora com Promsex, a instituição da qual ele é presidente do Conselho Administrativo. 'Gênero sob Ataque' é seu terceiro documentário.

Contato

Email: documentariogenero@gmail.com

Comissão da Escola Sem Partido encerra trabalhos sem votar parecer; projeto será arquivado

Projeto proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula. Foi a 12ª reunião convocada para votar o

parecer.

(G1, 11/12/2018 - acesse no site de origem)

O presidente da comissão especial da Câmara dos Deputados que discute o projeto conhecido como [Escola Sem Partido](#), deputado Marcos Rogério (DEM-RO), encerrou nesta terça-feira (11) os trabalhos do colegiado sem que fosse votado o parecer do relator. Não haverá mais reunião da comissão e o projeto será arquivado.

A proposta proíbe que professores manifestem posicionamentos políticos ou ideológicos e que discutam questões de gênero em sala de aula.

O deputado Marcos Rogério encerrou os trabalhos da comissão depois de [12 sessões sem resultado e seguidas tentativas de votação](#) do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

“Quem está sepultando o projeto nesta legislatura, não é a oposição. Quem não está deliberando é quem tem maioria neste parlamento que não comparece”, afirmou Marcos Rogério.

Ele fez ainda elogios à atuação dos partidos de oposição, que, segundo ele, fez o “bom combate”, que conseguiu atrasar o andamento da tramitação com base no regimento da Câmara. “A oposição merece o reconhecimento da comissão. Se pautou na obstrução e cumpriu aquilo que lhe é garantia regimental”, disse.

Arquivado

Com o fim da legislatura, todos os projetos que não têm parecer aprovado nas comissões vão automaticamente ao arquivo. O atual mandato termina em 31 de janeiro, mas os parlamentares entram em recesso a partir do dia 23 de dezembro e, portanto, encerrando os trabalhos legislativos.

Pelo regimento da Câmara, o autor do projeto ou de qualquer outro que tramita em conjunto pode apresentar requerimento para desarquivá-lo. Se isso acontecer, a tramitação começará do zero, com a criação de uma nova comissão.

A oposição comemorou o encerramento dos trabalhos. Com cartazes, manifestantes que acompanhavam a comissão entoaram cantorias.

Embora houvesse quórum suficiente registrado no painel eletrônico, o plenário da comissão estava esvaziado, o que fez com que a reunião demorasse quase três horas para ser aberta.

Os deputados favoráveis - muitos deles ligados à bancada religiosa - ao projeto marcavam presença e deixavam o local, com exceção de apenas três ou quatro. Apenas os parlamentares críticos ao projeto permaneceram em peso na comissão o tempo todo.

Foi a 12ª reunião para votar o parecer que impõe regras aos professores sobre o que pode ser ensinado em sala de aula. Desde julho, a comissão tem convocado reunião para a discussão e votação do relatório do deputado Flavinho (PSC-SP).

Assim como nas reuniões anteriores, deputados críticos ao texto apresentaram requerimentos regimentais que precisaram ser votados antes, [fazendo com que a tramitação da proposta não avance](#).

Controvérsia

No seu parecer, o relator diz que o professor “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas”, deverá apresentar aos alunos, “de forma justa, as principais versões”.

Críticos ao texto argumentam que o projeto não permitirá o pensamento crítico em sala de aula. Defensores alegam que a proposta tem como objetivo evitar a “doutrinação” nas escolas.

Fernanda Calgaro

Foi o ano da resistência das mulheres, diz Anistia Internacional

No 70º aniversário da Carta dos Direitos Humanos, ONG divulga o seu mais novo relatório sobre desigualdades. A retrospectiva de 2018 foca em especial na contínua opressão a mulheres em muitos países.

(Universa, 11/12/2018 - acesse no site de origem)

No mundo, 49,5% de todas as pessoas são do sexo feminino. Mas apenas 17% dos chefes de Estado e de governo e 23% dos parlamentares são mulheres.

Estes dados do novo relatório da Anistia Internacional, apresentados nesta segunda-feira (10/12), ilustram o longo caminho a ser percorrido para uma verdadeira igualdade de gênero.

“Os direitos das mulheres sempre foram classificados abaixo de outros direitos e liberdades”, diz o secretário-geral da Anistia Internacional, Kumi Naidoo. Ele condena os governos “que se mantêm calados e que na realidade pouco fazem para proteger os direitos de metade da população”.

Em particular, a organização de direitos humanos registrou uma crescente abundância de “sujeitos durões” entre os líderes de Estado que defendem políticas xenófobas ou contrárias às mulheres. Mas as mulheres deste mundo, diz a Anistia, querem cada vez mais: Naidoo classificou 2018 “um ano marcado pela resistência das mulheres”.

Em seu prefácio, o ativista lembrou os protestos em todo mundo sob a hashtag #MeToo contra a agressão sexual e a luta por Justiça para milhares de mulheres na Nigéria depois de ataques de soldados e extremistas do Boko Haram. Na América Latina, um movimento feminino de proporções até então desconhecidas tomou as ruas sob o lema “Ni una menos”.

Em alguns países, a situação das mulheres melhorou, como, por exemplo, na Irlanda, onde o direito ao aborto foi liberalizado por referendo, ou na Arábia Saudita, onde as mulheres estão agora autorizadas a conduzir veículos.

No entanto, esses êxitos fracionários não devem obscurecer a enorme demanda reprimida. De

acordo com a Anistia Internacional, cerca de 40% das mulheres em idade reprodutiva vivem em países onde o aborto é regulamentado de forma muito restritiva, e cerca de 225 milhões de mulheres mundo afora não têm acesso a contraceptivos modernos. Além disso, a disparidade salarial entre homens e mulheres ainda é de 23%.

Para 2019, a Anistia Internacional quer impulsionar uma guinada definitiva. “Mais do que nunca, temos de estar junto aos movimentos das mulheres, dar ouvido às mulheres em toda a sua diversidade e batalhar pelo reconhecimento de todos os seus direitos”, diz Naidoo.

Crise dos refugiados

No relatório de 52 páginas, a organização de direitos humanos também analisou o agravamento da situação dos refugiados em todo o mundo. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), ao menos 75.200 refugiados foram realocados no ano passado, uma queda de 54% em relação a 2016 (163 mil). A Acnur apontou que ao menos 1,2 milhão de realocações são necessárias anualmente.

A Anistia Internacional afirma não acreditar que o ainda a ser votado Pacto de Refugiados da ONU acarretará em muitas mudanças. O relatório classificou o tratado de um “plano embaraçoso de abstenção intencional”.

Não mudará em nada para a minoria rohingya em Bangladesh, os jovens somalis que nasceram em campos de refugiados no Quênia ou os refugiados esquecidos em Nauru. E o pacto migratório entre a União Europeia (UE) e a Turquia, no qual Ancara acolhe refugiados mediante pagamento de Bruxelas, os defensores de direitos humanos classificam como “ponto de referência de como se desvincular da responsabilidade”.

Fortalecimento da África

Na África, a Anistia Internacional observa uma terceira batalha enfrentada pelas sociedades locais. Depois de alcançarem a independência de seus colonizadores e, em alguns Estados, superarem regimes violentos e repressivos, estas sociedades enfrentam agora a necessidade “de tornar as leis nacionais e os compromissos de direitos humanos mais valiosos do que o papel em que estão escritos”.

O relatório critica, por exemplo, o governo do Egito, que prende críticos. Por outro lado, a Anistia Internacional enaltece o progresso feito na Etiópia, que tem se aberto cada vez mais sob o novo primeiro-ministro Abiy Ahmed. No entanto, o relatório também aborda retrocessos, como a prisão, muitas vezes arbitrária, de três mil jovens em setembro, supostamente devido a um aumento da criminalidade.

A melhor notícia da África, de acordo com o relatório da organização de direitos humanos, é a “contínua e extraordinária coragem exibida no continente pelas pessoas comuns”.

Crises na Ásia e no Oriente Médio

A Anistia Internacional classifica os campos de detenção na província autônoma chinesa de Xinjiang, onde transcorre a tentativa de doutrinação de até um milhão de uigures e de outras minorias, como “um dos desenvolvimentos mais perturbadores do ano”.

Atenção especial foi dada também à situação em Myanmar, de onde 720 mil membros do grupo

étnico muçulmano rohingya fugiram do país e cruzaram a fronteira com Bangladesh, em que vivem majoritariamente em condições miseráveis.

No Oriente Médio, a Anistia Internacional critica especialmente a guerra no Iêmen, que acarretou em 17 mil civis feridos ou mortos até então. O caso Khashoggi também desviou a atenção para a situação na Arábia Saudita, na qual a carteira de motorista para as mulheres representa muito mais uma concessão do que uma abertura fundamental para maiores direitos civis.

Incertezas na Europa

“O aumento da intolerância, do ódio e da discriminação no contexto de um espaço cada vez menor para a sociedade civil está ampliando a lacuna na estrutura social da região”, descreve a Anistia Internacional. “Uma política de medo separa as pessoas, enquanto os líderes usam retóricas tóxicas ao culpa grupos de pessoas por seus problemas sociais e econômicos.”

Um exemplo preocupante é a Turquia, onde mais de 130 mil funcionários públicos foram arbitrariamente demitidos. Além disso, a independência e o posicionamento do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos estão cada vez mais ameaçados. Alguns Estados se recusaram a implementar julgamentos vinculativos.

Por outro lado, a organização dos direitos humanos também atestou uma crescente resistência popular na Europa. “Um amplo movimento de pessoas comuns com um entusiasmo extraordinário se posicionaram em favor de justiça e igualdade”, diz o relatório.

Ataques na América

No segundo semestre, pode ter parecido brevemente que o movimento #MeToo nunca existiu nos EUA. O presidente americano, Donald Trump, conseguiu impor seu indicado à Suprema Corte, Brett Kavanaugh, embora uma professora tenha declarado ao Senado ter sido estuprada por ele quando eram jovens e mesmo com o protesto de milhares de mulheres.

Além disso, o relatório criticou a separação de centenas de crianças de suas famílias depois que estas cruzaram ilegalmente a fronteira dos Estados Unidos.

De resto, o foco esteve principalmente nos países da América Central e do Sul, onde os cidadãos foram repetidamente hostilizados pelas autoridades. A Anistia Internacional criticou, por exemplo, que na Colômbia os tribunais sejam usados para silenciar defensores dos direitos humanos. No país, um ativista é assassinado em média a cada três dias. Mas também há esperança, como demonstrado em Honduras com a prisão de nove pessoas responsáveis pela morte de um ativista.

David Ehl

Cidadãs PositHIVas de São Paulo realizam VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids - SP/SP, 13 a 15/12/2018

O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas do Estado de São Paulo (MNCP) realizará o VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids entre os dias 13 e 15 de dezembro. Trinta mulheres que vivem com HIV/aids no estado de São Paulo discutirão o tema “Saúde da Mulher e suas Vulnerabilidades e Especificidades”.

[\(Agência AIDS, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O evento tem por objetivo promover a troca de experiências, mobilizar reflexões que gerem mudanças pessoais visando o fortalecimento e empoderamento das mulheres que vivem com HIV/Aids, para o enfrentamento da violência contra a mulher e o exercício da cidadania na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a integralidade da saúde da mulher nas políticas públicas de saúde.

Nesta ocasião estarão sendo homenageadas três mulheres, cuja contribuição tiveram impacto incisivo na maneira como o MNCP se organiza no Brasil e incide sobre as políticas públicas para o HIV/Aids.

Nair Brito, fundadora do MNCP e a primeira pessoa a exigir, judicialmente, anti-retrovirais gratuitos, abrindo caminho para que todas as pessoas tenham acesso ao tratamento e direito à vida. Jenice Pizão pelo trabalho nos países de língua portuguesa com o objetivo de que para que as mulheres tivessem consciência de seus direitos e poder de atuação. E Adriana Aros, membro do MNCP no Estado de São Paulo que contribuiu de forma significativa para capacitação de novas lideranças.

No Brasil, mãe recebe até 40% menos

Levantamento mostra que mulheres que optaram por não ter filhos recebem salários melhores; primeiro filho reduz remuneração em 24%

[\(Estadão.com, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Além das distorções salariais em relação aos homens, as mulheres enfrentam um outro desafio no mercado de trabalho - quanto mais filhos elas têm, menor é o salário que elas ganham. A diferença não é pequena, uma brasileira com três ou mais filhos recebe até 40% menos que uma colega que não é mãe.

Números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, compilados pela consultoria IDados apontam que, enquanto mulheres sem filhos ganham em média R\$ 2.115 por mês, ter o primeiro filho reduz o salário em 24%. Se a família crescer e o número de crianças chegar a três ou mais, a queda no rendimento é de quase 40%.

Para diminuir distorções, o levantamento considerou trabalhadoras de 25 a 35 anos e casadas. Nesse grupo, as que têm filhos são a maioria no mercado de trabalho. No primeiro semestre, elas somavam 2,92 milhões de trabalhadoras, contra 1,36 milhão das que não são mães.

A bibliotecária Heloisa Spolador, de 30 anos, optou por esperar. “Para muitas vagas, as primeiras perguntas que o empregador faz são ‘é casada?’ e ‘tem filhos?’. Acho que o fato de não ter tido filhos e ter me casado um pouco mais tarde, aos 28 anos, me ajudou a conseguir vagas melhores.” Heloisa diz que ela e o marido pretendem esperar um pouco mais antes de ter filhos, porque ela quer voltar a estudar.

Igualdade distante. Alguns fatores, como questões culturais, falta de acesso a creches e dificuldades para conciliar os cuidados familiares com o aprimoramento da formação ajudam a explicar a desigualdade salarial entre as mulheres com filhos das demais, diz o economista do Ibre/FGV e pesquisador do IDados, Bruno Ottoni.

Quando aumenta o número de filhos, todas as questões que normalmente pesam para uma mulher vão se acumulando, diz ele. “Há desde problemas ligados ao preconceito, quando o chefe acha que ela vai se dedicar menos ao emprego, aos empregadores que não querem reorganizar a equipe para as mudanças que uma gravidez e filhos pequenos provocam.”

Ele cita, ainda, que grande parte do problema se deve à falta de políticas públicas pensadas para manter a mulher no mercado de trabalho. O Brasil terminou o ano de 2017 com menos da metade das crianças de zero a três anos matriculadas em creches em todos os Estados. Só 32,7% das que estão nessa faixa etária são atendidas, segundo o IBGE.

Uma pesquisa da consultoria LCA, também feita a partir de dados da Pnad, aponta que as mulheres eram a maioria entre os desalentados, os trabalhadores que desistiram de procurar por um novo emprego.

“Às vezes dá vontade de desistir”, diz a técnica de qualidade Vanderleia Silveira, de 30 anos. “Quando minha filha completou dois meses de vida, pedi demissão do meu emprego, porque ficar longe dela me fazia mal.” Dois anos depois, ela tenta voltar ao mercado, mas quando recebe uma resposta dos entrevistadores o salário é muito baixo. “Numa entrevista recente, fizeram várias perguntas sobre a minha filha. Se eu não fosse mãe, aquela vaga seria minha.”

Se os homens enfrentassem os mesmos obstáculos das mulheres no mercado de trabalho, também desistiriam, diz Regina Madalozzo, economista do Insper. “Por isso, políticas públicas, como a adoção da licença parental dividida obrigatoriamente entre pai e mãe (mesmo sistema adotado na Suécia e Dinamarca), ajudam a acabar com a ideia equivocada de que a licença é uma folga que a mulher tira do mercado de trabalho.”

Ela lembra que muitas mulheres optam pelo empreendedorismo para ter sucesso ou alguma renda. Até porque, algumas propostas que aparecem quando elas se tornam mães são tão ruins que não valem a pena.

Por Douglas Gavras e Raquel Brandão